vinetur

Itália insta a UE a travar tentativa dos EUA de retirar proteção a Gorgonzola e Champagne

Roma afirma que alterações à Farm Bill e outras iniciativas dos EUA podem transformar indicações geográficas europeias em termos genéricos nos mercados externos

terça-feira, 24 de novembro de 2026



A Itália instou a União Europeia, na segunda-feira, 23 de novembro, a dar uma resposta coordenada às medidas dos EUA que, segundo Roma, podem enfraquecer a proteção jurídica de indicações geográficas como Gorgonzola e Champagne, transformando nomes protegidos na Europa em termos genéricos nos Estados Unidos e noutros mercados.

Numa reunião do Conselho de Agricultura da UE, em Bruxelas, a Itália apresentou um documento apoiado por outros 16 Estados-Membros, que apela à Comissão Europeia para desenvolver aquilo que descreve como uma estratégia política abrangente de proteção e promoção das indicações geográficas no estrangeiro. Segundo o documento, a estratégia deverá combinar proteção jurídica com sensibilização pública, cooperação técnica e reforço de capacidades, reafirmando ao mesmo tempo que as indicações geográficas são direitos de propriedade intelectual associados a nomes de produtos específicos.

A Áustria, a Bulgária, Chipre, a Chéquia, a França, a Grécia, a Hungria, a Polónia, Portugal, a Eslovénia e a Espanha apoiaram inicialmente a iniciativa italiana. O Luxemburgo, a Roménia, a Finlândia, a Eslováquia e Malta juntaram-se mais tarde, elevando para 16 o número total de países apoiantes além da Itália.

A disputa centra-se em várias iniciativas dos EUA que, segundo a Itália, permitiriam a utilização irrestrita de nomes protegidos na Europa. No documento apresentado aos ministros da UE, Roma apontou em particular para a revisão em curso da Farm Bill dos EUA, que, afirmou, visa reconhecer indicações geográficas europeias e não europeias como «nomes comuns», permitindo que qualquer produtor as utilize ao abrigo da legislação norte-americana. A Itália referiu também que a Safety Act de 2025 segue a mesma orientação.

As autoridades italianas afirmaram que a questão vai além do mercado interno dos EUA. Segundo o documento, Washington incluiu, ou está a tentar incluir, disposições em acordos comerciais com países terceiros que tratam importantes indicações geográficas europeias como nomes genéricos. O documento menciona a Argentina, o Bangladesh, o Camboja, o Equador, El Salvador, a Guatemala, a Indonésia, a Jordânia, a Malásia, Taiwan e a Índia entre os países envolvidos em negociações concluídas ou em

curso.

Roma alertou que estas iniciativas podem complicar os acordos comerciais atuais e futuros da UE, uma vez que a proteção das indicações geográficas é uma componente fundamental da política comercial do bloco. A Itália argumentou que a posição dos EUA pode comprometer acordos já alcançados com alguns parceiros, incluindo na região do Mercosul, e também afetar as negociações com países como a Índia, a Tailândia e a Malásia, onde o estatuto dos nomes protegidos continua a ser um ponto importante nas negociações.

A preocupação tem implicações diretas para o setor das bebidas, uma vez que muitas das indicações geográficas de maior valor abrangem vinhos e bebidas espirituosas. Se nomes como Champagne, Cava ou Porto forem tratados de forma mais abrangente como termos genéricos nos Estados Unidos ou em países terceiros através de acordos comerciais, os produtores europeus poderão enfrentar uma exclusividade mais fraca e uma menor valorização comercial de rótulos estreitamente associados à origem, à reputação e aos preços de exportação.

A Itália manifestou também preocupação com a governação da Internet. No documento, classificou como uma ameaça um processo lançado pela ICANN, a entidade mundial que coordena o sistema de nomes de domínio da Internet, para atribuir novos domínios genéricos de topo. O documento italiano afirmou que pedidos relativos a nomes como .asiago, .gorgonzola, .cava e .porto podem gerar nova confusão em torno de nomes de produtos protegidos no espaço digital.

Em representação da Itália durante a sessão pública do Conselho, o embaixador Marco Canaparo afirmou que a Organização Mundial da Propriedade Intelectual e as autoridades dos EUA tinham reivindicado aquilo que descreveu como um suposto direito de utilizar nomes considerados termos comuns, mesmo quando esses nomes estão protegidos como indicações geográficas. A Itália afirmou aos parceiros da UE que estas medidas põem em risco a estabilidade do sistema internacional de indicações geográficas e exigem um acompanhamento mais atento, bem como uma resposta coerente e coordenada das instituições da UE e dos Estados-Membros.

O comissário europeu da Agricultura, Christophe Hansen, disse aos ministros que a Comissão trabalharia para negociar a proteção jurídica das indicações geográficas, cooperar com organizações internacionais e combater a utilização indevida de nomes geográficos europeus no estrangeiro.

A questão é importante para o setor alimentar e das bebidas da UE, uma vez que as indicações geográficas abrangem uma vasta gama de produtos e representam um importante ativo de exportação. Segundo a base de dados eAmbrosia da UE, o bloco conta com mais de 3.900 indicações geográficas registadas nas categorias de vinhos, bebidas espirituosas e produtos alimentares. A Itália tem cerca de 900 denominações registadas, o total mais elevado da UE, à frente da França, com cerca de 800.

As mais recentes adições ao registo da UE foram feitas cerca de 10 dias antes da reunião do Conselho e incluíram Fior di latte molisano, um queijo com denominação de origem protegida, e Cicoria puntarella molfettese, um produto hortícola com indicação geográfica protegida. Estas novas inscrições vieram juntar-se a um sistema que, segundo a Itália, precisa agora de uma defesa mais firme, à medida que as disputas sobre a utilização de nomes associados a lugares se estendem das prateleiras das lojas às negociações comerciais e aos domínios da Internet.